



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua 24 de Janeiro, nº 53 – Bairro Seis de Agosto

CNPJ: 04.035.143/0001-90

**ATA DA DÉCIMA NONA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ESTADO DO ACRE – PARA ESCLARECIMENTOS ACERCA DAS BANDEIRAS TARIFÁRIAS E INVESTIMENTOS DA EMPRESA ENERGISA PARA O FUTURO.** Aos quatro dias do mês de outubro, do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, sob a Presidência do **Edil João Marcos Luz**; presentes os **Vereadores: Artêmio Costa, Eduardo Farias, Elzinha Mendonça, Emerson Jarude, Lene Petecão, Mamed Dankar, N. Lima, Railson Correia, Raimundo Neném e Rodrigo Forneck**; foi declarada aberta a Audiência Pública. **Vereador João Marcos Luz** esclareceu detalhes do rito da audiência e abriu os questionamentos; perguntando quais os investimentos da empresa Energisa, para este e para os próximos anos, na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população acreana. **Ricardo Xavier**, representante da Energisa, fez as saudações iniciais e requereu pronunciamento pós questionamentos futuros. **Dep. Daniel Zen**, Presidente da CPI da Energisa na Assembleia Legislativa, assomou a tribuna. Apresentou detalhes da CPI supracitada, da qual é presidente; discorreu sobre as medidas tomadas. Detalhou as etapas do processo tarifário e tributário, e posicionou-se, frente às cobranças das taxas de iluminação pública, em locais onde não há a oferta do serviço. Tratou das planilhas de composição dos custos da energia, e por fim, reiterou o compromisso da CPI em dar esclarecimentos à população. **Celso Araújo Rodrigues**, Defensor Público Estadual, assomou a tribuna. Tratou do recente aumento da conta de energia elétrica à luz das ações judiciais em torno do aumento da tarifa, à época, de 20%. Questionou o aumento, taxado por ele, como desproporcional, que se faz presente no estado. Destacou que a Defensoria está instruindo e aconselhando os consumidores reclamantes, e que o órgão constantemente busca soluções para melhor atender à população. **André Gil Afonso Pereira**, Diretor PROCON, assomou a tribuna. Pontuou a crescente no atendimento ao cidadão, reiterando que o órgão busca esclarecer a existência de abuso ao consumidor à luz das relações de consumo. **Vereadora Elzinha Mendonça** assomou a tribuna. Reconheceu, nominalmente, a presença das autoridades no plenário. Destacou a importância da Audiência, que segundo ela, é esclarecer à população, as motivações para tal aumento tarifário; e cobrou soluções. **Adalciimar Pereira de Souza**, Líder Comunitário do Albert Sampaio, assomou a tribuna. Questionou o porquê das cobranças, uma vez que seu fornecimento de luz outrora foi suspenso, e finalizou, solicitando esclarecimentos à luz da Lei que assegura o direito à tarifa social às pessoas de baixa renda. **Edinaldo**, Líder Comunitário, assomou a tribuna. Questionou as taxas abusivas sobre a conta de energia elétrica, e tratou do aumento da alíquota do ICMS. **Francisco Pancho**, assomou a tribuna. Enalteceu a importância da audiência, parabenizando a Defensoria e a Aleac. Alertou para as cobranças, taxadas por ele como abusivas, cobrando explicações à Energisa. Em questão de ordem, Vereador Rodrigo Forneck sugeriu reorganização do rito para melhor dinâmica da Audiência. **Marcos Gouveia**, assomou a tribuna. Através de relato pessoal, externou indignação frente aos abusos recentes de preço. Pretendeu acionar a empresa judicialmente. **Vereador Rodrigo Forneck** assomou a tribuna. Lembrou das tratativas iniciais do processo de privatização dos serviços elétricos, destacando que tal medida,



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua 24 de Janeiro, nº 53 – Bairro Seis de Agosto

CNPJ: 04.035.143/0001-90

não beneficiaria os menos favorecidos. Fez duas solicitações, primeiro: requereu maior facilidade no acesso às informações de relacionamento empresa/consumidor. Segundo: Cobrou mais respeito no atendimento às reivindicações do cidadão. **Oseias Silva**, Presidente da UMAMRB, União Municipal das Associações de Moradores de Rio Branco, assomou a tribuna. Externou indignação à empresa Energisa, ateando fogo no talão de energia elétrica de sua residência, como forma de protesto. **Vereadora Lene Petecão** assomou a tribuna. Lembrou de seu legado de luta pelos direitos do povo, destacando as reivindicações contra os aumentos tarifários da energia elétrica. Alertou para a má qualidade dos serviços prestados pela empresa. Por fim, questionou declaração recente do Presidente da empresa, ao afirmar que um ventilador tem maior consumo que um condicionador de ar. **Ivan de Carvalho**, Presidente do Conselho Do Consumidor, assomou a tribuna. Fez recorte temporal do processo de privatização dos serviços, alertando para o fim das compensações, e flexibilidades, outrora ofertadas pelo Governo Federal. Por fim, fez críticas ao desperdício de energia elétrica e colocou o conselho à disposição. **Ricardo Xavier**, Diretor Técnico da Energisa, assomou a tribuna. Contrapôs a colocação do Vereador Rodrigo Forneck, afirmando que a energia elétrica nunca foi subsidiada pelo governo. Destacou a falta de investimentos à época, pela fornecedora dos serviços, Eletroacre, lembrando da dívida bilionária, de outrora. Comunicou que já foram investidos até o mês de agosto do corrente ano, o montante de R\$: 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais), e discorreu sobre as obras de investimento. Lembrou da capacitação ofertada pela empresa, em parceria com o SENAI, para qualificação da mão de obra. Esclareceu declaração sua, atrás, acerca do consumo de energia dos aparelhos elétricos. Sugeriu aos presentes, uma análise mensal para melhor aferição da variação do consumo. Discorreu sobre as bandeiras tarifárias, que segundo ele, incidem no valor cobrado pela empresa. Sobre os valores tidos como abusivos, o diretor afirmou que os mesmos se dão, devido ao consumo elevado, normal para o período; e que há casos individuais, sendo resolvidos pontualmente pela empresa. Acerca dos consumidores de baixa renda, afirmou que os tributos são calculados sobre a “tarifa cheia”. Disse ainda que o consumidor deve se apresentar à empresa, onde serão verificados os requisitos vigentes em leis para possível concessão do benefício. Ainda quanto ao tema, afirmou que a Energisa contratou empresa de consultoria para facilitar a identificação dos beneficiários. Disse também, que há aproximadamente, cinquenta mil consumidores cadastrados. Sobre a tarifa da zona rural, esclareceu que por mais que o imóvel se encontre endereçado na zona rural, nem sempre, há comprovação de que o domiciliado seja, de fato, produtor rural. A respeito dos aplicativos de relacionamento empresa/consumidor, comunicou que os mesmos estão em fase de adaptação, devido à recente migração de responsabilidade, Eletroacre – Energisa, pontou ainda, que estarão disponíveis a partir de julho de 2020. O Diretor ainda esclareceu um caso específico, apresentado por um popular presente, colocando uma equipe da empresa à disposição, pontuando que por mais que não haja o consumo em si, a tarifa mínima continua a ser cobrada, até a solicitação de desligamento total por parte do consumidor. **Vereador N. Lima** assomou a tribuna. Fez um apanhado das reivindicações. Questionou da Energisa, o



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua 24 de Janeiro, nº 53 – Bairro Seis de Agosto

CNPJ: 04.035.143/0001-90

que de concreto poderia ser feito para um possível redução dos valores cobrados. Por fim, tratou dos aumentos recentes, à luz de um relato pessoal e reforçou a importância da CPI da Assembleia. **Frank Duarte**, assomou a tribuna. Questionou a substituição dos medidores digitais, instalados pela Eletrobrás, por fim, perguntou ao representante da empresa, quem atesta a parametrização dos tais medidores. **Vereador Railson Correia** assomou a tribuna. Contextualizou o cenário atual, lamentando a falta de qualidade dos serviços elétricos e a pouca mobilização popular. Defendeu um estado forte, com investimentos na educação. Por fim, externou indignação frente os aumentos recentes do valor cobrado pela energia elétrica. **Vereador Mamed Dankar** assomou a tribuna. Tratou do ICMS, provocando os Deputados Estaduais a respeito de uma possível redução. Questionou a cobrança da taxa de iluminação pública COSIP. Por fim, cobrou esclarecimentos ao consumidor sobre a troca dos medidores digitais e requereu posicionamento da bancada federal na defesa do consumidor acreano. **Vereador Emerson Jarude** assomou a tribuna. Justificou a ausência de representante da ACISA, e leu declaração do mesmo, externando solidariedade ao povo acreano. O orador posicionou-se contra o valor percentual atual do ICMS à luz da seletividade. Defendeu a privatização e criticou o monopólio. Fez analogia, de um “cabo de guerra” entre população e empresa elétrica. Criticou o que segundo ele, seja uma cobrança velada à população, dos investimentos feitos pela Energisa. Apelou para um meio termo entre os anseios da empresa e os do povo. **Vereador Eduardo Farias** assomou a tribuna. Através de um recorte político, fez críticas às privatizações, acusando os governos estaduais e federais de “entregarem” o bem público à iniciativa privada. **Senhor Gilson**, assomou a tribuna. Através da exposição de talões de energia elétrica, externou indignação, relatando um caso pessoal de cobrança abusiva de valores. **Ricardo Xavier**, Diretor Técnico da Energisa, fez suas considerações finais. Retificou a informação de que a energia fosse uma multinacional, frisou que a mesma é uma empresa genuinamente nacional. Repudiou as acusações à empresa sobre uma possível alteração dos medidores, e enalteceu o legado de seriedade da firma ao longo das últimas décadas. Reforçou que os valores investidos no estado não estão sendo repassados ao consumidor final. Reiterou as ações da empresa no combate ao furto. Rechaçou a existência de monopólio no setor elétrico. Quanto a aplicação de multas, as rotulou como “recuperação da energia”, e afirmou que as reclamações são sempre analisadas. Quanto ao lacre dos medidores, o diretor afirmou que não há inconsistências, e quando identificada, é feita a substituição. Por fim, o orador colocou-se à disposição para esclarecimentos, na pessoa jurídica da empresa. **Vereador João Marcos Luz** fez os agradecimentos e considerações finais. Registro fotográfico. Notas taquigráficas. Nada mais havendo a ser tratado, a **Audiência foi encerrada** e, para constar, lavrada a presente ata que, após ser lida e achada conforme, vai assinada por ele, \_\_\_\_\_ Presidente.